

data do início das actividades de enriquecimento curricular, renovando-se automaticamente nos anos lectivos seguintes, salvo comunicação em contrário de qualquer das partes outorgantes ao outro outorgante, notificada com a antecedência mínima de noventa dias relativamente ao termo do ano lectivo.

2 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, o começo da vigência do presente contrato-programa para o ano lectivo de 2007/08 e seguintes, coincide com a data de início do ano lectivo.

#### Cláusula 13.ª

##### Cláusulas transitórias para o ano lectivo de 2006-2007

1 — Para o ano lectivo de 2006-2007, as actividades de enriquecimento curricular devem ter o seu início até 06 de Novembro de 2006.

2 — Caso as referidas actividades se iniciem em data posterior à indicada no número anterior, ao valor total de comparticipação financeira calculado nos termos da cláusula 4.ª serão deduzidas as seguintes quantias, por cada semana de atraso:

De acordo com o artigo 3º do regulamento:

- a) 7,50 €
- b) 5,45 €
- c) 5,45 €
- d) 4,85 €
- e) 3,90 €
- f) 3,90 €
- g) 3,00 €

27 de Novembro de 2006. — A Directora Regional de Educação do Centro, *Engrácia Rebelo de Fonseca e Castro*. — O Presidente da Câmara de Albergaria-a-Velha, *João Agostinho Pinto Pereira*.

#### Contrato n.º 263/2008

##### Programa de generalização do ensino do inglês nos 3.º e 4.º anos e de outras actividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico — Contrato-programa

Entre:

Primeiro outorgante: Direcção Regional de Educação do Centro, representada por Engrácia da Luz Rebelo de Fonseca e Castro, Directora Regional de Educação do Centro, adiante designado como primeiro outorgante;

e

Segundo outorgante:

Entidade Promotora: Câmara Municipal de Aveiro

Pessoa Colectiva n.º 505931192

Representada por Élio Manuel Delgado da Maia, na qualidade de Presidente adiante designado como segundo outorgante;

É celebrado o presente contrato-programa, ao abrigo do disposto no Regulamento de acesso ao financiamento do programa de generalização de inglês nos 3.º e 4.º anos e outras actividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico, anexo ao Despacho n.º 12591/2006 (2.ª série), de 26-05-2006, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 115, de 16 de Junho, o qual se rege pelas cláusulas seguintes:

#### Cláusula 1.ª

##### Objecto do contrato-programa

O presente contrato-programa tem por objecto regulamentar as relações entre as partes outorgantes em matéria de concessão, afectação e controlo da aplicação dos apoios financeiros a atribuir no âmbito do programa de generalização de inglês dos 3.º e 4.º anos e outras actividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico, adiante designado Programa.

#### Cláusula 2.ª

##### Finalidade dos apoios financeiros

1 — Os apoios financeiros a conceder, sob a forma de comparticipação financeira, nos termos do presente contrato-programa, destinam-se a apoiar a promoção de actividades de enriquecimento curricular definidas de acordo com o disposto no Despacho n.º 12591/2006 (2.ª série), de 16 de Junho e ao abrigo do estabelecido na alínea e) do n.º 3 do artigo 19.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro.

2 — As actividades de enriquecimento curricular a que se refere o número anterior abrangem 2635 alunos, afectos ao(s) Agrupamento(s) de

Escola(s) que constam do Anexo 1 que faz parte integrante do presente Contrato-Programa.

#### Cláusula 3.ª

##### Estabelecimento de parcerias

O acesso ao apoio financeiro a conceder por via do presente contrato pressupõe a prévia constituição de parcerias entre a entidade promotora outorgante e os agrupamentos de escolas envolvidos, em termos e condições que constam do acordo de colaboração celebrado entre os interessados, ao abrigo do ponto 15 do Despacho n.º 12591/2006 (2.ª série), de 16 de Junho.

#### Cláusula 4.ª

##### Comparticipação financeira

O primeiro outorgante compromete-se a prestar apoio financeiro ao segundo outorgante, na modalidade de comparticipação financeira calculada em função do critério do custo anual por aluno, no montante global de 609250€ (seiscentos e nove mil e duzentos e cinquenta euros), conforme Mapa Demonstrativo do Apoio Financeiro (Anexo 1)

#### Cláusula 5.ª

##### Disponibilização da comparticipação financeira

1 — O valor da comparticipação financeira será processado trimestralmente no início de cada trimestre, em três tranches de valor correspondente a um terço do valor total da referida comparticipação.

2 — Sem prejuízo do disposto no n.º 1, o pagamento da última tranche fica condicionado à prévia avaliação pelo primeiro outorgante do cumprimento pela entidade promotora das obrigações a que se refere a cláusula 7.ª.

3 — No pagamento da última tranche será efectuado o acerto financeiro relativo ao número efectivo de alunos a frequentar o Programa, abatido dos valores atribuídos nas 1.ª e 2.ª tranches.

#### Cláusula 6.ª

##### Obrigações do primeiro outorgante

São obrigações do primeiro outorgante:

- a) Prestar o apoio financeiro necessário ao desenvolvimento das actividades contratadas;
- b) Avaliar a qualidade de execução dos serviços prestados;
- c) Verificar e supervisionar as condições necessárias ao funcionamento das actividades de enriquecimento curricular, sem prejuízo dos deveres e responsabilidades que cabem às entidades promotoras.

#### Cláusula 7.ª

##### Obrigações do segundo outorgante

Constituem obrigações do segundo outorgante:

- a) Garantir a afectação das verbas atribuídas a título de comparticipação financeira às finalidades enunciadas na cláusula 2.ª do presente contrato;
- b) Assegurar a boa prestação das actividades apoiadas nos termos do presente contrato-programa bem como garantir as adequadas condições de funcionamento e segurança das instalações;
- c) Prestar ao primeiro outorgante todas as informações que este considere necessárias à avaliação da qualidade de execução dos serviços e à adequada verificação e supervisão das condições de funcionamento das actividades apoiadas.

#### Cláusula 8.ª

##### Acompanhamento e controlo

O acompanhamento e controlo da execução das actividades apoiadas nos termos do presente contrato cabe ao primeiro outorgante, reservando-se este o direito de, por si ou por terceiro que entenda designar, exercer os necessários poderes de fiscalização.

#### Cláusula 9.ª

##### Deveres de cooperação

Os outorgantes no presente contrato e os agrupamentos de escolas obrigam-se a respeitar os deveres de boa cooperação entre si, bem como com outras instituições e organismos envolvidos na concretização do Programa, em vista da eficiência e eficácia da respectiva execução.

## Cláusula 10.ª

**Revisão do contrato-programa**

O presente contrato-programa pode ser modificado ou revisto por livre acordo das partes, celebrado na forma escrita.

## Cláusula 11.ª

**Incumprimento e resolução do contrato**

1 — O incumprimento por parte do segundo outorgante do disposto na cláusula 7.ª do presente contrato-programa, confere ao primeiro outorgante o direito de resolução do contrato.

2 — A resolução do contrato nos termos do número anterior implica a restituição das quantias correspondentes às comparticipações financeiras não utilizadas ou indevidamente utilizadas, obrigando-se o segundo outorgante a repor, no prazo máximo de 60 dias a contar da data da notificação do exercício do direito de resolução, à ordem do primeiro outorgante, as importâncias em causa, acrescidas de juros à taxa legal.

## Cláusula 12.ª

**Vigência e denúncia**

1 — O presente contrato vigora no ano lectivo de 2006/07, iniciando a sua vigência na data da sua assinatura e reportando os seus efeitos à data do início das actividades de enriquecimento curricular, renovando-se automaticamente nos anos lectivos seguintes, salvo comunicação em contrário de qualquer das partes outorgantes ao outro outorgante, notificada com a antecedência mínima de noventa dias relativamente ao termo do ano lectivo.

2 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, o começo da vigência do presente contrato-programa para o ano lectivo de 2007/08 e seguintes, coincide com a data de início do ano lectivo.

## Cláusula 13.ª

**Cláusulas transitórias para o ano lectivo de 2006-2007**

1 — Para o ano lectivo de 2006-2007, as actividades de enriquecimento curricular devem ter o seu início até 06 de Novembro de 2006.

2 — Caso as referidas actividades se iniciem em data posterior à indicada no número anterior, ao valor total de comparticipação financeira calculado nos termos da cláusula 4.ª serão deduzidas as seguintes quantias, por cada semana de atraso:

De acordo com o artigo 3º do regulamento:

- a) 7,50 €
- b) 5,45 €
- c) 5,45 €
- d) 4,85 €
- e) 3,90 €
- f) 3,90 €
- g) 3,00 €

27 de Novembro de 2006. — A Directora Regional de Educação Centro, *Engrácia Rebelo de Fonseca e Castro*. — O Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, *Élio Manuel Delgado da Maia*.

**Agrupamento de Escolas do Conde de Castelo Melhor****Despacho n.º 9004/2008**

Por despacho da Presidente da Comissão Provisória do Agrupamento de Escolas Conde Castelo Melhor em Pombal, no uso de competências delegadas pela Directora Regional de Educação do Centro, Despacho n.º 23109/2006, publicado no *Diário da República*, 2.ª série n.º 219 de 14 de Novembro de 2006, foram homologados os contratos admi-

nistrativos de serviço docente, referentes ao ano lectivo 2007-2008, dos Professores abaixo mencionados:

Nome	Código de Grupo
Alice Amado Pereira Gregório Laranjeira	190
Ana Cristina dos Santos Dourado	191
Helena Isabel Ribeiro Dias Tereso da Silva	191
João Pedro Cardoso Rodrigues	290
Cátia Susana Fernandes Inácio da Silva	290

14 de Março de 2008. — A Presidente da Comissão Provisória, *Teresa Paula Nabais Preto Chaves*.

**Agrupamento de Escolas de Gouveia****Aviso n.º 9292/2008**

Isabel Maria Ribeiro Saraiva Valente, presidente do conselho executivo do Agrupamento de Escolas de Gouveia, no uso das suas competências delegadas de acordo com o despacho n.º 23 189/2006, de 14 de Novembro, homologou os seguintes contratos:

Referente ao ano lectivo de 2006-2007 os docentes abaixo indicados:

Grupo 100:

Manuela Cristina Ferreira Mena

Grupo 110:

Ana Filipa Ramos Albuquerque

Referente ao ano lectivo de 2007-2008 o docente abaixo indicado:

Grupo 550:

Ricardo da Silva Briote

13 de Novembro de 2007. — O Presidente do Conselho Executivo, *Isabel Maria Ribeiro Saraiva Valente*.

**Agrupamento de Escolas da Pedrulha****Aviso (extracto) n.º 9293/2008**

Por despacho da Presidente da Comissão Provisória do Agrupamento de Escolas da Pedrulha, foi homologado o contrato a termo resolutivo certo, referente ao ano lectivo 2006-2007, com Maria da Conceição dos Santos Ferreira com a categoria Assistente de Administração Escolar

12 de Março de 2008. — A Presidente da Comissão Provisória, *Maria Isilda Cavadas de Barros*.

**Agrupamento de Escolas Ribeiro Sanches****Rectificação n.º 648/2008**

Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República* 2.ª série n.º 36 de 20 de Fevereiro de 2008, no aviso n.º 4356/2008, onde se lê:

Nome	Grupo docência	Mobilidade	Escola/CAE cujo quadro pertenciam em 2005/2006	Escola/CAE cujo quadro pertencem em 2006/2007	Início funções
Maria da Conceição Coelho Oliveira Amaro	100	Transferência	CAE Castelo Branco	EB1 Pedrogão S. Pedro	01-09-2006
Maria Pedro Raposo Costa Alves	110	Nomeação		CAE Castelo Branco	10-01-2007
Maria da Conceição Pires Silveiro Grancho	110	Nomeação		CAE Castelo Branco	01-09-2006